

**A. I. N°** - 087461.0002/04-4  
**AUTUADO** - ELSONS DISTRIBUIDORA LTDA.  
**AUTUANTE** - HÉLIO SILVA DAMASCENO  
**ORIGEM** - INFAZ SIMÕES FILHO  
**INTERNET** - 30.09.04

## **2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACÓRDÃO JJF N° 0352-02/04**

**EMENTA:** ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOLHIMENTO A MENOS. 2. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS DE SAÍDAS. ERRO NA APURAÇÃO DOS VALORES. RECOLHIMENTO A MENOS. Fato não contestado. 3. DIFERENÇA DE ALÍQUOTAS. AQUISIÇÃO INTERESTADUAL DE BENS DE CONSUMO. FALTA DE PAGAMENTO. Comprovado erro na apuração do débito das infrações 01 e 03. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide, lavrado em 31/03/2004, reclama o ICMS no valor total de R\$ 47.919,07, em decorrência dos seguintes fatos:

1. Recolhimento a menos do ICMS por antecipação, no valor de R\$ 8.430,70, em razão de erro na determinação da base de cálculo, na qualidade sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras Unidades da Federação, relacionadas no Anexo 88, do RICMS/97, nos meses de março a maio de 2001, e maio de 2002, conforme demonstrativos às fls. 07 a 10.
2. Recolhimento a menos do ICMS, no valor de R\$ 4.445,36, em razão de erro na apuração dos valores do imposto, relativamente a substituição tributária indevida de mercadoria não enquadrada no regime de substituição tributária, no mês de abril de 2001, conforme demonstrativo à fl. 11.
3. Falta de recolhimento do ICMS no total de R\$ 35.043,01, no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2002, decorrente da diferença entre as alíquotas internas e interestaduais, nas aquisições de mercadorias adquiridas de outras unidades da Federação e destinadas a consumo do estabelecimento, conforme demonstrativos às fls. 12 a 15.

O sujeito passivo apresenta defesa às fls. 402 a 417, com base nas seguintes alegações defensivas.

Quanto a infração 01, foram apontadas diversas incorreções no levantamento fiscal, relativas a valores indevidos da base de cálculo; utilização incorreta de MVA's, inclusive diferentes na mesma nota; falta de desconsideração de algumas notas fiscais; inclusão no cálculo de notas fiscais de mercadorias não enquadradas no regime de substituição tributária; notas fiscais cujas antecipação foi paga na origem; e aplicação de alíquotas diferenciadas. Por conta disso, foi reconhecido o débito no total de R\$ 444,19, referente aos seguintes valores: abril/01 = R\$ 52,55; maio/01 = R\$186,10 e maio/02 = R\$205,54. Quanto ao mês de março/01 foi comprovado que houve o recolhimento a mais (docs. fls. 408/9).

Com relação a infração 02, o autuado admitiu que realmente houve erro no seu critério de apuração, confirmando que os dados utilizados na apuração da exigência fiscal estão corretos, reconhecendo como devido o valor de R\$4.445,36 apurado no trabalho fiscal.

Sobre a infração 03, foram reconhecidos os valores de R\$ 94,50 (maio/01); R\$ 40,93 (dezembro/01); R\$ 32,39 (fevereiro/02); e R\$500,26 (maio/02), totalizando o valor de R\$ 668,06, e apontado que houve equívocos na apuração do débito concernentes a inclusão indevida de: a) nota fiscal cuja saída foi tributada normalmente; b) nota fiscal de outro período com imposto pago na origem; c) com base de cálculo errada; d) notas fiscais em duplicidade, de simples remessa e com não incidência do imposto; e) notas fiscais com alíquotas erradas.

Por fim, requer a procedência parcial no valor de R\$ 5.557,63, já tendo comprovado o pagamento desta importância no dia 15/04/04, conforme DAE à fl. 403.

Na informação fiscal à fl. 550 o autuante concordou com os valores reconhecidos pelo autuado correspondentes às infrações 01 e 02, e quanto a infração 03 informou que foram feitas as retificações que entende como devidas, conforme demonstrativos às fls. 551 a 560, resultando nos valores R\$ 59,12 (março/01); R\$ 94,50 (maio/01); R\$ 2,78 (julho/01); R\$ 42,02 (setembro/01); R\$3.403,56 (dezembro/01); e R\$538,25 (maio/02), totalizando o valor de R\$ 3.601,98.

O sujeito passivo atendendo a intimação da repartição fazendária acerca dos valores apresentados na informação fiscal, apresentou o recurso às fls. 564 a 565, discordando dos valores apurados pelo autuante relativamente aos meses de março/01, setembro/01 e dezembro/01, tendo informado que recolheu a diferença no valor de R\$ 48,34, no dia 14/06/04.

O autuante em nova informação fiscal à fl. 580, após analisar os argumentos defensivos quanto as infrações impugnadas pelo autuado, declarou que após revisão do Auto Infração reconhece os equívocos apontados na defesa concordando com a procedência parcial do Auto de Infração no valor de R\$5.605,97.

**VOTO**

Pelo que foi relatado, verifico que o autuante concordou com a procedência parcial do Auto de Infração, reconhecendo todos os equívocos apontados nas duas impugnações conforme quadros abaixo.

**INFRAÇÃO 01**

PERÍODO	NF Nº	IRREGULARIDADES APONTADAS	DOCS.FLS.
Mar/01	580085	Valores da base de cálculo incorretos	404
Abr/01	579279		410
Mai/02	742734; 741492		437/438
Mai/02	741494	MVA diferente na mesma nota fiscal	450
Mar/01	34625	Utilização incorreta da MVA	405
Abr/01	36429; 592889		411/412
Mai/01	605718; 602129; 599853; 598070; 037274; 599350; 599347; 598071; 598632		417/424
Mai/02	748657; 747181; 747182; 744331; 742735; 742736; 742737; 741493; 062751; 746658; 746659		439/449
Mar/01	578243; 578244		406/7

Mai/01	598074; 598073; 602130; 607454; 608755; 608101; 608104; 608103	Notas fiscais não consideradas no levantamento	426/433
Mai/02	742691; 742738		452/453
Mai/01	61280	Mercadoria não enquadrada no regime de subst.tribut.	415
Mai/01	605554	Antecipação paga na origem	416
Mai/02	3607	Alíquotas diferenciadas	451

INFRAÇÃO 03

PERÍODO	NF Nº	IRREGULARIDADES APONTADAS	DOCS.FLS.
Mar/01	2383	Imposto debitado na nota fiscal de saída	457/8
Jun/01	545923	Nota fiscal referente a outro período (2002)	459
Jul/01	216954; 630209; 630951; 631101; 624958	Bases de cálculos erradas	460/464
Jul/01	229535; 229531; 229536; 229532; 209538; 229537	Utilização errada da alíquota	465/470
Out/01	14598; 2605; 20452 238923; 238922; 238921		473/478;484
Mar/02	729459; 782482		481/482
Mai/02	339		483
Set/01	20452	Inclusão em duplicidade	471
Out/01	673259	Nota fiscal de simples remessa	472
Out/01	534610; 71879		479/480
Nov/02	2274	Operação sem incidência do imposto	

Assim, restando comprovadas as alegações defensivas, subsistem em parte os itens 01 e 03, e integralmente o item 02, conforme valores seguintes.

INFRAÇÃO 01

PERÍODO	VL.AUTUADOS	VL. DEVIDOS
Mar/01	2.031,58	-
Abr/01	2.435,51	52,55
Mai/01	140,35	186,10
Mai/02	3.823,26	205,54
TOTAIS	8.430,70	444,19

INFRAÇÃO 02

PERÍODO	VL.AUTUADOS	VL. DEVIDOS
Abr/01	4.445,36	4.445,36
TOTAIS	4.445,36	4.445,36

INFRAÇÃO 03

PERÍODO	VL.AUTUADOS	VL. DEVIDOS
Jan/01	411,48	
Fev/01	64,00	
Mar/01	956,66	
Abr/01	2.531,60	
Mai/01	1.122,70	94,50
Jun/01	247,31	
Jul/01	3.837,84	
Ago/01	230,54	
Set/01	1.664,71	

Out/01	837,62	
Nov/01	279,86	
Dez/01	6.180,72	40,93
Jan/02	1.593,09	
Fev/02	1.931,15	32,39
Mar/02	2.286,24	
Mai/02	2.187,28	500,26
Jun/02	593,09	
Jul/02	1.302,59	
Ago/02	1.395,70	
Set/02	1.748,79	
Out/02	1.897,16	
Nov/02	1.100,07	
Dez/02	642,81	
TOTAIS	35.043,01	668,08

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração no valor de R\$ 5.605,99, cujo demonstrativo de débito passa a ser o seguinte:

DEMONSTRATIVO DO DÉBITO

Data Ocor.	Data Vencto.	B. de Cálculo	Aliq.(%)	Multa (%)	Vr.do Débito	Item
30/04/01	09/05/01	309,12	17	60	52,55	1
31/05/01	09/06/01	1.094,71	17	60	186,10	1
31/05/02	09/06/02	1.209,06	17	60	205,54	1
30/04/01	09/05/01	26.149,18	17	60	4.445,36	2
31/05/01	09/06/01	555,88	17	60	94,50	3
31/12/01	09/01/02	240,76	17	60	40,93	3
28/02/02	09/03/02	190,53	17	60	32,39	3
31/05/02	09/06/02	2.942,71	17	60	500,26	3
31/05/02	09/06/02	284,47	17	60	48,36	3
TOTAL DO DÉBITO					5.605,99	

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **087461.0002/04-4**, lavrado contra **ELSONS DISTRIBUIDORA LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 5.605,99**, acrescido da multa de 60%, prevista no artigo 42, II, “a” e “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, devendo serem homologados os valores recolhidos conforme doc. fl. 581.

Esta Junta recorre de ofício para uma das Câmaras do CONSEF nos termos do art. 169, inciso I, alínea "a", item 1, do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 7.851/00, com efeitos a partir de 10/10/00.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de setembro de 2004.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA